

A lei da vida

(pensar a quarentena mundial, 3)

Tomás Maia



Marcel Duchamp, *Ar de Paris*, ampola de vidro e caixa em madeira, 14,5 x 8,5 x 8,5 cm, 1919 / 1964

Começamos a viver pelo ar. É essa também uma das primeiras imagens da vida na Terra: um vento ou um sopro planando sobre as águas.

Começamos a viver involuntariamente: a primeira respiração mostra-o, sendo os pulmões uma espécie de esponjas secas e duras, parede contra parede — mas eis que se abrem já sem que nós tivéssemos decidido ou pensado nisso sequer. A respiração mostra o que é a vida: um fluxo que já

reflui, uma vinda que se dá na sua ida. E se nós continuamos, se nós recomeçamos a viver é porque estamos constantemente fora de nós. Sim, pelo menos a respiração — a respiração e o seu órgão: os pulmões — põem isto em evidência: a vida não se deixa apropriar. Ela resiste (numa resistência surda, como uma respiração longínqua) ao regime da aplicação integral da lei de propriedade.

—

Aplicação integral, ou quase: daí o nosso mal-estar, ou mesmo o nosso mal-ser colectivo. Vivemos desde há alguns séculos sob a vontade desesperada e desesperante de aplicação dessa lei e, no entanto, sentimos — em nós fora de nós — que há um resto, irreduzivelmente material, que resiste a essa lei. Há uma materialidade da vida que é rebelde à apropriação geral.

A doença causada pelo coronavírus expõe isso, também isso, da maneira mais aguda na nossa história. E talvez sobretudo no momento do dito «desconfinamento» que parece poder durar de modo indeterminado, como se vivêssemos doravante numa espécie de intervalo entre o isolamento familiar (que aparentemente deixámos) e o encontro social (que deveríamos evitar), ou então numa demora da qual se espera o fim constantemente remetido para o dia seguinte. Neste intervalo indefinido ou nesta demora indefinidamente adiada, parece que o ar se torna mais manifesto não deixando de se manter invisível. Que nós vivemos em comum mostra-se antes de tudo no facto de que respiramos o mesmo ar. O ar é a nossa área comum, indissoluvelmente comum, transpondo qualquer fronteira e qualquer propriedade, atravessando os corpos e as espécies, compondo uma respiração geral do ser vivo.

Vou limitar-me a essa evidência: a vida (o sopro) é inapropriável. Desta evidência, vou retirar dois enunciados dos quais um é como que o reverso do outro:

— a lei de propriedade não se erige somente contra os que são obrigados a vender a sua força de trabalho (ou seja, quase toda a gente; e se o desemprego se torna estrutural em tantas actividades humanas, isso constitui precisamente uma das suas mais graves consequências): *a lei de propriedade erige-se antes de mais contra a própria vida;*

— em contrapartida, numa espécie de contratempo da vida humana, a arte, pelo simples facto de respeitar a vida, só é possível porque obedece a uma outra lei, àquela que nos foi dada antes de qualquer lei escrita ou

antes da instituição do direito. *A arte obedece à lei da vida, isto é, à lei de impropriedade.*

Antes de desdobrar, muito brevemente, estes dois enunciados, gostaria de evocar uma das mais pungentes imagens da vida humana, e mais do que humana, que nos foi legada pela tradição religiosa da Semana Santa: aquela que o Padre jesuíta António Vieira pronunciou em Roma, em 1672, no seu *Sermão de Quarta-Feira de Cinza*. Certamente, deve entender-se essa imagem tendo como fundo a promessa de Páscoa e de uma Ressurreição eterna (e, em particular aqui, a promessa de que um punhado de pó se levante e retome eternamente a forma de um corpo humano). Mas essa imagem põe-se a si mesma em pausa e dá-nos a ver o tempo em que a vida humana é apenas pó suspenso. Em que a vida humana se suspende sem se projectar em nenhuma segurança eterna.

«Estão essas praças no Verão cobertas de pó; dá um pé-de-vento: levanta-se o pó no ar, e que faz? O que fazem os vivos, e muitos vivos. Não aquieta o pó, nem pode estar quedo: anda, corre, voa; entra por esta rua, sai por aquela, já vai adiante, já torna atrás; tudo enche, tudo cobre, tudo envolve, tudo perturba, tudo toma, tudo cega, tudo penetra, em tudo, e por tudo se mete, sem aquietar, nem sossegar um momento, enquanto o vento dura. Acalmou o vento, cai o pó, e onde o vento parou, ali fica: ou dentro de casa, ou na rua, ou em cima de um telhado, ou no mar, ou no rio, ou no monte, ou na campanha. *Não é assi? Assi é.* E que pó, e que vento é este? O pó somos nós: *Quia pulvis es*; o vento é a nossa vida: *Quia ventus est vita mea.*»

Eis um homem vivo: pó levantado (pois um homem morto é pó deitado). E eis a vida humana, e mais do que humana: uma corrente de ar, uma força capaz de levantar e de deitar por terra o *mesmo* pó.

A potência desta imagem provém da encenação espectacular (barroca) dos dois termos metafóricos que designam no Génesis o «sopro vital». Como explica Rémi Brague, há o *nèfèš*, a alma ou o ser que respira, mas antes há o *nešāmāh*, o sopro que invade a forma humana modelada dando-lhe vida. Em tudo isso, e também na palavra hebraica «espírito» (*rūah*) que indica mais nitidamente um sopro exterior ao organismo, o homem é insuflado ou inspirado por um «fora» de que não pode apropriar-se. Esse inapropriável exprime-se da forma mais simples na palavra «vida» — e é

justamente o sentido de uma tal palavra que, na tradição ocidental, se encontra diferentemente modulado pelos termos *psykhê*, *anima*, espírito...

Ora, nós lidamos mal com o inapropriável; e é porque queremos *purgar* esse mal que fazemos (o) mal ao outro: rejeita-se e projecta-se no exterior um mal íntimo. O outro não é então outra coisa, se posso dizê-lo assim, senão o reflexo *impróprio* do mesmo. No limite, rapidamente transposto, mata-se o outro para aniquilar a morte própria. A lei de propriedade, que é uma dura realidade jurídico-social, e que foi levada ao extremo pelo capitalismo, provém desse profundo mal-estar ou mal-ser: o pavor de ser impróprio.

Pois é um tal pavor que desencadeia o mecanismo de *defesa* (e portanto *imunitário*) de se apropriar de tudo, a ponto de podermos enunciar a hipótese de que a ideia de *imunidade ontológica* está na raiz do mal. Se nós (nós que tentamos mudar radicalmente o mundo) não conseguirmos um dia pensar isso, se não fizermos esse trabalho — digamos: de auto-análise ontológica —, então as reviravoltas do poder político jamais atingirão a estrutura hierárquica do Senhor e do Escravo. E então não nos libertaremos da lei de propriedade, quer dizer, *não nos libertaremos* — muito simplesmente. A liberdade é a libertação do próprio (isto é, a libertação face ao próprio).

Pode-se sempre retorquir, claro, que esta lei foi o motor do progresso moderno, mas é tempo de acabar com a (falsa?) ingenuidade ainda compreensível nos inícios do capitalismo; sustentar hoje essa mesma lei como sendo inevitável, ou mesmo co-natural ao homem, só pode relevar da ignorância ou da desonestidade que denega que o capitalismo atingiu há cerca de meio século, pelo menos, o seu limite interno e o seu limite externo (como lhes chama Anselm Jappe), a saber: a impossibilidade de acumular capital através da produção real e o esgotamento dos recursos naturais. O capitalismo constituiu-se desde o início como uma fuga para a frente porque a sua essência é a apropriação *infinita*. Aquilo a que se chama «o fim do capitalismo» (mas não há nada de mais incerto) é na realidade a colisão catastrófica entre a infinitude do ser-próprio e a finitude da produção e das matérias-primas. É por isso que se pode dizer que o capitalismo extremou a lógica da lei de propriedade: para ele, não somente *tudo é apropriável* mas ainda *infinitamente* apropriável. O capital é o

totalitarismo da apropriação. Mas a demência do capitalismo é a consciência de que jamais poderá existir um verdadeiro corpo próprio.

A lei de propriedade é portanto o fundamento da violência contra a vida. Qualifico essa violência de «fundadora» porque ela *funda* todas as formas de discriminação e de destruição colectivas: sociais, étnicas, sexuais, económicas, ecológicas, etc. E a verdade ontológica que uma tal lei denega — não há corpo próprio — pode e deve igualmente exprimir-se em termos físico-químicos: não há corpo vivo — ou simplesmente qualquer corpo — que seja *puro*. A forma de vida mais elementar é a tensão entre um movimento de integração de energia (o anabolismo) e a desintegração desta (o catabolismo), sendo a respiração o sinal in-visível de uma tal tensão, ou a in-visibility mesmo da vida a cada instante. *Psykhé kruptesthai philei*: o sopro gosta de se esconder, ou seja, de se manifestar por todo o lado!

Não há pois nenhum acaso se o ar é o único elemento material que o capitalismo não consegue apropriar-se ou privatizar. É que a privatização do ar constituiria aparentemente a medida mais segura para a imunização integral — mas ela seria na realidade o meio mais eficaz para o sufoco individual. Foi isso que entreviu ironicamente um artista, Marcel Duchamp, numa nota da sua *Boîte verte*: «Estabelecer uma sociedade cujo indivíduo teria de pagar o ar que respira (contadores de ar); encarceramento e ar rarefeito, em caso de não pagamento, simples asfixia se necessário (cortar o ar)».

Se um artista entreviu o limite da apropriação da vida é porque ele sentiu ou pressentiu que não se pode viver, ou muito mal, contra a própria vida. Em qualquer caso, um artista é aquele que sente ou pressente que não se pode criar contra a vida. O artista cria fazendo refluir a vida: ele é inspirado pela sua força fazendo disso uma forma. E se falo de «a lei» (da vida) e não me precipito a identificá-la simplesmente com a morte, é porque gostaria de me endereçar aqui a esse enorme pensamento que desatou os fios daquilo a que ele próprio chamava «lei de impropriedade». Refiro-me ao pensamento de Philippe Lacoue-Labarthe, do qual dou aqui a escutar aquele que é talvez o enunciado mais lapidar a esse respeito. Este foi pronunciado numa leitura magistral sobre Diderot no decurso da qual o «paradoxo sobre o actor» se torna exemplar do paradoxo sobre o artista (ou o génio): «O paradoxo reside portanto no seguinte: para fazer tudo, imitar tudo — para (re)apresentar tudo ou (re)produzir tudo, no sentido mais

forte —, é preciso não ser *nada* por si mesmo, não ter nada *de próprio*, senão uma “idêntica aptidão” para toda a espécie de coisas, de papéis, de caracteres, de funções, de personagens, etc. O paradoxo enuncia uma *lei de impropriedade*, que é a própria lei da mimese: só “o homem sem qualidades”, o ser sem propriedade nem especificidade, o sujeito sem sujeito (ausente a si, distraído de si, privado de si) está em condições de apresentar ou de produzir em geral» (*O paradoxo e a mimese*).

A impropriedade faz *lei* porque ela é a condição de possibilidade da apropriação (e *não o inverso*). Só um ser impróprio tem necessidade de se apropriar. Mas também: a impropriedade — sendo primeira ou inata — nunca é anulada pela apropriação que, por sua vez, é sempre segunda e instável. Isto equivale a dizer: a impropriedade é um dom, é o dom de não ser nada que, por isso mesmo, *pode* tornar-se tudo; mas esta possibilidade (de tornar-se tudo) não é de modo algum uma apropriação final ou integral, seja do que for: é o movimento da vida enquanto «ex-apropriação» (retomo e tento dar um outro tom ao termo de Derrida que designa o movimento *duplo* sem o qual não pode haver sentido para uma existência). Apropriamo-nos do dom da vida para logo, no mesmo instante, sermos expropriados.

Não há portanto verdadeira oposição entre o próprio e o impróprio, pois os dois termos tomados isoladamente levam ou à imunidade total (à não-vida) ou à ausência total de imunidade (à morte). O artista é o exemplo mesmo da *possibilidade* da vida: ele pode fazer obra, pode apropriar-se de tudo (de um papel, de um material, de uma língua, etc.), mas apenas o fará sobre o fundo abissal do seu ser-nada. Lacoue-Labarthe conclui assim, pouco depois do enunciado que lembrei há instantes: «Pois é isto, afinal, o paradoxo, esta troca hiperbólica do nada e do tudo, da impropriedade e da apropriação, da ausência de sujeito e da multiplicação, da proliferação do sujeito: quanto mais o artista (o actor) é nada, mais ele pode ser tudo.»

Se o actor exprime o paradoxo do artista, importa porém ainda apreender que a lei de impropriedade *não é o próprio da arte*. O génio é um ser impróprio (ou próprio para tudo) como qualquer pessoa. Todavia, isto não significa (como pretende a fantasia romântica) que toda a gente é capaz de criar ou que todo o homem é um artista. Isto quer muito simplesmente dizer que o próprio da arte é encontrar de cada vez *uma* forma da e para a impropriedade. Só o artista (o génio) está em condições de *dar forma* à lei de impropriedade que rege a própria vida (enquanto movimento perpétuo entre o impróprio e a apropriação). É essa a lição mais humilde da arte: mostrar que a vida nos é dada — que a vida vem a nós, que a vida é essa vinda, uma vinda interminável até ao último suspiro.

É a razão pela qual a arte é uma questão — não recebemos a palavra — de *inspiração*. A inspiração é o nosso primeiro acto, e esse acto é um dos mais passivos dos nossos actos: faz-se em nós sem a nossa vontade. Com a arte, estamos sempre no começo da vida, sempre inspirados por algo ou por alguém: sempre fora de nós. O que é uma obra de arte, seja qual for a sua matéria, senão a forma que se dá ao ar que se recebe? — *Air de Paris* (de Duchamp), nesse sentido, é como que o ideograma de qualquer obra de arte: é ar numa forma ambulante.

Eis o que governa o nosso infortúnio: vivemos colectivamente sob a lei de propriedade e todavia sentimo-nos intimamente, singularmente, impróprios. O nosso mal-ser não será resolvido enquanto esta contradição não for ultrapassada.

Uma sociedade — ou até uma civilização — fundada numa lei que está contra a vida só pode ser uma sociedade suicidária. Na aparência, aproximamo-nos do corpo social imune ou imortal — mas na realidade instalámos a pulsão de morte no coração (ia a escrever: nos pulmões) da comunidade. O ar, no Ocidente, tornou-se desde há muito irrespirável, talvez mesmo viciado desde o início. Foi preciso usarmos máscaras para disso fazermos, quotidianamente, uma dura prova. É o mesmo ar aquele que inspiramos e aquele que expiramos: é o ar do próprio. Talvez a civilização ocidental seja inseparável do conceito de *próprio*: é pelo menos o que me parece explicar a sua autodestruição programada. Não nos livraremos disso com uma vacina (vacina, aliás, sobre a qual já se disputam os direitos de propriedade, e que portanto muito dificilmente se tornará um bem público). Nenhuma vacina nos tornará imunes à vontade de apropriação total, isto é, ao suicídio colectivo. Querer estar acima da lei da vida, eis o que nos precipita para a morte.

É verdade que a arte começou em lugares subterrâneos, praticamente inacessíveis e quase irrespiráveis. E essa estranha busca da rarefacção não se alterou desde então, até quando a obra surge ao ar livre. Mas se a arte nos corta a respiração, de cada vez, é para nos fazer renascer para a vida.

Lisboa, 23-30 de Junho de 2020,
Tomás Maia